

INTELIGÊNCIA MILITAR *Ministro diz que investigação tem amparo na Constituição*

General Cardoso defende ação secreta do Exército

DANIELA MENDES
DA SUCURSAL DO RIO

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, defendeu ontem a ação investigativa do Exército Brasileiro ao ser questionado sobre a "Operação Pescado" criada pelo Exército, no Pará, para espionar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e até a CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada à Igreja Católica.

Cardoso afirmou que a Constituição Federal atribui às Forças Armadas, além da defesa da pátria, a manutenção da lei, da ordem e a defesa dos poderes constitucionais. Por isso, segundo ele, elas precisam investigar qualquer ameaça a esses fundamentos.

Segundo Cardoso, "se as Forças Armadas têm uma determinada missão constitucional, elas são obrigadas a estarem preparadas para essa missão". Ele disse ainda, que, "no que depende só delas (Forças Armadas), que é a prepa-

ração, elas criam hipóteses e se preparam em cima dessas hipóteses e, para se prepararem, têm de estar informadas".

O general afirmou, porém, que desconhece a "Operação Pescado", plano secreto revelado pela Folha que o Exército deflagrou no final de 1998 para espionar o MST. Os relatórios classificam movimentos sociais como "forças adversas" e admitem "arranhar direitos dos cidadãos" para manter a ordem nacional. Revelam que o Exército beneficia com empréstimos financeiros e auxilia na realização de exames médicos os informantes que mantêm infiltrados no MST. "Eu não conheço a operação nem sei se há essa operação", disse Cardoso.

Quanto as terminologias usadas nos relatórios, o general disse que "o uso é ultrapassado dentro do Exército" e "não refletem o sentimento da corporação". "Creio que esse termo 'forças adversas' estivesse num quadro sobre hipótese futura, ou seja, uma possibili-

dade de poder vir a atuar, talvez num desdobramento indesejado, num desvio de parcela desse movimento social."

Ele reforçou, no entanto, que a expressão "não é a cultura, não é a diretriz, não é a norma que vigora no Exército brasileiro".

O general eximiu o Gabinete de Segurança Institucional da responsabilidade de investigar a ação do Exército nessa operação,

"se é que ela existiu". "Cabe ao Ministério da Defesa esse assunto. O ministro até divulgou nota com explicações que, para mim, são cabais, dizendo até que iria apurar." Ele negou que tenha recebido e repassado ao presidente FHC qualquer tipo de informação sobre o assunto. "Eu só recebo informações estratégicas, essas são informações táticas, não recebo essas informações", declarou.

†